

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Período Findo em
30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. em 30 de Junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado em decorrência da "Covid-19", julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante).

Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a realização de circularização das operadoras de arrecadação para confirmação da receita do período; e (iii) a realização de um cálculo de expectativa para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no período. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 9 e nº 27 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações, com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras e confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao período findo em 30 de Junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de agosto de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	30/06/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	63.765	58.541	Fornecedores	11	125.616	90.989
Contas a receber	4	28.272	24.083	Empréstimos e financiamentos	12	562.544	1.032.744
Estoques	5	21.496	12.277	Credor pela concessão		436	382
				Debêntures	13	-	-
Adiantamento a fornecedores		1.954	918	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	14	16.406	7.980
Despesas antecipadas	6	7.083	9.333	Impostos, taxas e contribuições	15	8.886	12.139
Impostos a recuperar		944	24	Adiantamento de clientes		503	33
Partes relacionadas	16	-	-				
Outros ativos		49	2	Seguros e garantias		1.286	119
Total do Ativo Circulante		123.563	105.178	Passivo de arrendamento	17	8.105	6.543
				Partes relacionadas	16	186	153
				Provisão para manutenção	18	110	-
				Provisão para riscos processuais		-	-
				Outras contas a pagar		336	311
				Total do Passivo Circulante		724.414	1.151.393
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
				Empréstimos e financiamentos		-	-
Impostos diferidos	7	3.512	432	Debêntures	13	503.903	-
Depósitos judiciais		140	-	Passivo de arrendamento	17	13.199	9.802
Imobilizado	8	11.384	11.568	Provisão para riscos	19	478	29
Intangível	9	2.094.657	1.535.125	Provisão para manutenção	18	7.546	-
Direito de uso	10	20.707	15.993	Dividendos	20.b	282	282
Total do Ativo Não Circulante		2.130.400	1.563.118	Total do Passivo Não Circulante		525.408	10.113
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	20.a	969.857	477.357
				Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	13	1.743	-
				Reserva Legal	20.c	1.486	1.486
				Reserva de lucros	20.d	31.055	27.947
				Resultado do exercício		-	-
				Total do Patrimônio Líquido		1.004.141	506.790
TOTAL DO ATIVO		2.253.963	1.668.296	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.253.963	1.668.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA	21	764.706	46.566
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	<u>(697.547)</u>	<u>(37.497)</u>
LUCRO BRUTO		<u>67.159</u>	<u>9.069</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas operacionais	22	(19.000)	(13.157)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>333</u>	<u>-</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>48.492</u>	<u>(4.088)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	1.978	5.210
Despesas financeiras	23	<u>(45.977)</u>	<u>(21.384)</u>
		<u>(43.999)</u>	<u>(16.174)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		<u>4.493</u>	<u>(20.262)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(4.465)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	3.080	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		<u>3.108</u>	<u>(20.261)</u>
Lucro (prejuízo) por ação - básico e diluído	24	0,006	(0,082)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO	3.108	(20.261)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE O PERÍODO	<u>3.108</u>	<u>(20.261)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

Nota Explicativa	Capital Social		Lucros acumulados	Prêmio de opção sobre debêntures	Reservas		Total
	Subscrito	A integralizar			Legal	Lucros à realizar	
SALDO EM 27/01/2020	-	-	-	-	-	-	-
Capital Social	1.400.000	(1.153.143)	-	-	-	-	246.857
Prejuízo do período	-	-	(20.261)	-	-	-	(20.261)
SALDO EM 30/06/2020	1.400.000	(1.153.143)	(20.261)	-	-	-	226.596
SALDO EM 31/12/2020	1.400.000	(922.643)	-	-	1.486	27.947	506.790
Capital Social	20.a -	492.500	-	-	-	-	492.500
Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	13	-	-	1.743	-	-	1.743
Lucro do período	-	-	3.108	-	-	-	3.108
Destinação do resultado do período	20.c / 20.d	-	(3.108)	-	-	3.108	-
SALDO EM 30/06/2021	1.400.000	(430.143)	-	1.743	1.486	31.055	1.004.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (Prejuízo) do período		3.108	(20.261)
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	22	40.553	3.315
Depreciações e amortizações (baixa de ativo)		(126)	-
Baixa ativo intangível		755	-
Juros incorridos sobre arrendamento	23	516	302
Impostos diferidos	7	(3.080)	-
Provisão para riscos	19	445	-
Provisão para manutenção	18	7.656	-
Apropriação do custo de captação de empréstimos e financiamentos	23	4.074	2.682
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	25.888	17.735
Juros sobre debêntures	13	15.000	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(4.189)	(20.053)
Estoques		(9.218)	(1.837)
Impostos a recuperar		(920)	(1.172)
Adiantamento a fornecedores		(1.036)	(223)
Despesas antecipadas		2.251	(6.595)
Outros ativos		(188)	-
Fornecedores		34.627	11.597
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		8.427	2.428
Credor pela concessão		54	308
Impostos, taxas e contribuições		(3.253)	2.923
Contas a pagar com partes relacionadas		34	-
Outras contas a pagar		1.663	5.887
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	17	(516)	(302)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>27.736</u>	<u>(7.039)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	8	(1.170)	(7.242)
Aquisições de intangível	9	(601.803)	(1.160.205)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(602.973)</u>	<u>(1.167.447)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e Financiamentos		(68)	987.923
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	12	(500.094)	-
Debêntures emitidas	13	490.646	-
Recursos provenientes de alienação de intangível	9b	5.655	-
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	17	(2.967)	(267)
Integralização de capital		<u>492.500</u>	<u>246.857</u>
Caixa líquido a gerado pelas atividades de financiamento		485.672	1.234.513
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		5.224	63.800
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>58.541</u>	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>63.765</u>	<u>63.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
Receitas			
Com arrecadação de pedágio	21	193.087	26.076
Com construção	21	588.275	22.735
Outras receitas		333	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	3.080	-
		<u>784.775</u>	<u>48.811</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo/Despesa operacionais		(612.627)	(25.046)
Serviços terceiros, seguros e outros		(30.407)	(15.045)
Poder concedente	22	<u>(2.895)</u>	<u>(391)</u>
Valor adicionado (consumido) bruto		138.846	8.329
Retenções			
Depreciações e amortizações	22	<u>(40.553)</u>	<u>(3.315)</u>
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela Companhia		98.293	5.014
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	23	<u>1.978</u>	<u>5.210</u>
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		<u>100.271</u>	<u>10.224</u>
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal			
Proventos		17.472	3.561
Benefícios		5.295	1.612
Encargos sociais e trabalhistas		5.274	1.356
Outros encargos		<u>579</u>	<u>290</u>
	22	<u>28.620</u>	<u>6.819</u>
Remuneração de capitais a terceiros			
Juros sobre empréstimo	23	40.888	17.735
Despesas financeiras	23	5.089	3.649
Aluguéis	22	1.445	36
Outras		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>47.422</u>	<u>21.420</u>
Governo			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	4.465	-
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	21	9.608	1.294
Programa de Integração Social (PIS)	21	1.255	169
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	21	<u>5.793</u>	<u>782</u>
		21.121	2.245
Atribuído aos acionistas			
Lucro (prejuízo) do período		3.108	(20.260)
Valor consumido		<u>100.271</u>	<u>10.224</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores indiretos o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. Além disso, está instalando as demais praças de pedágio no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

1.1. Situação econômica e financeiras

Em 30 de junho de 2021, as demonstrações financeiras apresentam capital circulante negativo de R\$600.826.

Como parte das garantias oferecidas para as notas promissórias, há vinculação do aporte de capital para a quitação deste financiamento, caso não haja recurso suficiente para a sua quitação.

A Administração emitiu debêntures não conversíveis e firmou contrato de financiamento de obra junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$3.000.000. A Companhia recebeu em julho de 2021 o montante de R\$800.000. Vide mais informações na nota explicativa n.º 29.

1.2. Efeitos da pandemia da COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos. Como a Companhia começou a operar durante a pandemia, o plano de negócios já levou em consideração os seus efeitos e mesmo assim o acompanhamento é realizado periodicamente.

- i) Medidas e ações de curto prazo que trazem alívio imediato para o caixa, dentre as quais:
 - Revisão dos orçamentos de custeio e de investimentos: Revisão do orçamento previsto para o ano corrente e para o próximo com manutenção apenas dos custos e investimentos essenciais para a continuidade dos negócios.
- ii) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão.
 - Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Neste momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de créditos esperados.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, não houve ajuste a valor presente das transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras.

2.5. Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias.

2.6.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do período. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal.

2.6.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

2.7. Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada “impairment”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.9. “Impairment” (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no período findo em 30 de junho de 2021.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do período de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.14. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.15. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.16. Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.

2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

2.18. Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

2.19. Reconhecimento de receita

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

2.22. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	1.805	1.832
Bancos	1.288	4.438
Aplicações Financeiras (i)	<u>60.672</u>	<u>52.271</u>
Total (ii)	<u>63.765</u>	<u>58.541</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

- (i) Aplicações financeiras realizadas com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 99% em 30 de junho de 2021.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	28.270	23.312
Receitas acessórias	<u>2</u>	<u>771</u>
Total	<u>28.272</u>	<u>24.083</u>
A vencer	28.272	24.083
Total	<u>28.272</u>	<u>24.083</u>

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

5. ESTOQUES

Os estoques em 30 de junho de 2021 estão representados por:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Sinalização	9.828	6.031
Dispositivo de segurança	9.828	4.785
Manutenção civil e hidráulica	733	919
Outros	<u>1.107</u>	<u>542</u>
Total	<u>21.496</u>	<u>12.277</u>

Em 30 de junho de 2021 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 25)	1.590	3.841
Custo a apropriar (Captação BNDES)	<u>5.493</u>	<u>5.492</u>
Total	<u>7.083</u>	<u>9.333</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda diferido	2.582	318
Contribuição social diferida	930	114
Total	<u>3.512</u>	<u>432</u>
2021	566	330
2022	251	40
Após 2023	2.695	62
Total	<u>3.512</u>	<u>432</u>

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas têm as seguintes origens:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	478	29
Provisão de fornecedores	1.511	852
Provisão para manutenção	7.656	-
Arrendamento Mercantil - IFRS16	639	389
PAT	46	-
Base de cálculo Total	<u>10.330</u>	<u>1.270</u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	3.512	432

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.493	44.735
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	1.528	15.210
Ajuste para alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(143)	(190)
Imposto contabilizado	1.385	15.020
Impostos de renda e contribuição social diferidos	3.080	432
Impostos de renda e contribuição social corrente	<u>(4.465)</u>	<u>(15.452)</u>

8. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	39	580	417	-	-	-	134	1.170
Saldo em 30 de junho de 2021	453	2.475	4.284	324	7	5.948	523	14.014
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	28	99	220	33	1	882	13	1.276
Adições	23	112	417	32	1	745	24	1.354
Saldo em 30 de junho de 2021	51	211	637	65	2	1.627	37	2.630
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 30 de junho de 2021	402	2.264	3.647	259	5	4.321	486	11.384
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

Em 30 de junho de 2021, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das notas promissórias ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Devido ao fato de não haver mudanças nas premissas do cálculo, a Administração não identificou fatores que justificasse o teste para a data base 30 de junho de 2021.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

9. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	194.665	230.631	1.136.335	1.349	1.562.980
Adições	362.996	237.633	-	1.174	601.803
Baixas (b)	-	(6.210)	-	(200)	(6.410)
Transferências	(6.916)	6.916	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020	550.745	468.970	1.136.335	2.323	2.158.373
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	(27.855)
Adições	-	(17.025)	(18.939)	(37)	(36.001)
Baixas	-	136	-	4	140
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2021	-	(22.635)	(41.034)	(47)	(63.716)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	194.665	224.885	1.114.240	1.335	1.535.125
Saldo em 30 de junho de 2021	550.745	446.335	1.095.301	2.276	2.094.657

Taxas anuais de amortização - % (a)

- (a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33% ao ano.
- (b) Baixas realizadas em função da venda de torres de telecomunicação (R\$ 5.655) e do sistema de arrecadação que foi substituído (R\$ 755).
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 26.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Devido ao fato de não haver mudanças nas premissas do cálculo, a Administração não identificou fatores que justificasse o teste para 30 de junho de 2021.

10. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualizações Monetárias	Depreciações	Saldo em 30/06/2021
Equipamentos operacionais	1.109	7.833	40	(299)	8.683
Instalações e Edificações	2.110	-	-	(338)	1.772
Veículos	12.774	52	-	(2.574)	10.252
Total	15.993	7.885	40	(3.211)	20.707

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se estas opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

11. FORNECEDORES

	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores - Obras	116.023	85.458
Fornecedores - Serviços	9.593	5.531
Total	125.616	90.989

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Juros e atualização monetária	Amortização	Custo de Captação (amortizado)	Saldo em 30/06/2021
Notas Promissórias	1.032.744	25.888	(500.094)	4.006	562.544

Descrição	Captação do principal	Juros e atualização monetária	Amortização	Custo de Captação (amortizado)	Saldo em 31/12/2020
Notas Promissórias	1.000.000	38.111	-	(5.367)	1.032.744

a) Nota Promissória

Em 19 de março de 2020, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de notas promissórias, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021.

A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R\$2.000, sob as quais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21" disponibilizado para consulta em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas.

As garantias reais são:

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: foram cedidos fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário:

- (i) Todos os direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da Concessão a que a Emissora faz jus, desde que não comprometa a continuidade e a adequação na prestação dos serviços do Contrato de Concessão e respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (Lei das Concessões), incluindo direitos creditórios, receitas e recebíveis decorrentes de direitos indenizatórios, da cobrança de pedágio, dos contratos de receita acessória e das apólices de seguro (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão) relacionadas à Concessão ("Recebíveis").
- (ii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da titularidade, pela Emissora, das contas cedidas por onde circularão todos os Recebíveis ("Contas Cedidas"), incluindo as respectivas aplicações financeiras mantidas nas e/ou vinculadas às Contas Cedidas ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão").
- (iii) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes da Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo").

- (iv) Todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes dos Boletins de Subscrição; e todos os direitos creditórios de titularidade da Emissora, da Acionista, da Subholding e da Holding Pátria decorrentes das Contas Vinculadas Aumento de Capital (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Aumento de Capital” e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Concessão e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Conta Vinculada Financiamento de Longo Prazo, as “Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios da Emissora”), nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças a serem celebrados entre a Emissora, a Acionista, a Subholding e a Holding Pátria, conforme o caso, na qualidade de fiduciante, e o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário (cada um deles, um “Contrato de Cessão Fiduciária” e, todos em conjunto, os “Contratos de Cessão Fiduciária”).
- (v) Alienação Fiduciária das Ações da Emissora: a Acionista alienará fiduciariamente em favor dos Titulares, representados pelo Agente Fiduciário, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua titularidade detidas e que venham a ser detidas pela Acionista no capital social da Emissora, incluindo todos os direitos e ativos relacionados a tais ações (“Alienação Fiduciária das Ações da Emissora” e, em conjunto com as Cessões Fiduciárias de Direitos Creditórios e a Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), as “Garantias Reais”), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças a ser celebrado entre a Acionista, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente (“Contrato de Alienação Fiduciária” e, em conjunto com os Contratos de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos (conforme definido abaixo), os “Contratos de Garantia Real”).

Nos termos da Cártula, como condição à realização da emissão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, para assegurar as Obrigações Garantidas, será constituída, ainda, a cessão fiduciária e a alienação fiduciária, conforme aplicável, das Debêntures Incentivadas Conversíveis, das ações de emissão da Emissora resultantes da conversão das Debêntures Incentivadas Conversíveis, de qualquer nova ação de emissão da Emissora ou de eventuais, bônus de subscrição ou títulos conversíveis em ações a serem emitidos pela Emissora, incluindo todas e quaisquer ações que vierem a ser emitidas pela Emissora em decorrência de tais bônus de subscrição ou títulos conversíveis, a ser outorgada ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Titulares (“Alienação Fiduciária de Ativos”), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ativos e Outras Avenças a ser celebrado entre o eventual titular das Debêntures Incentivadas Conversíveis, na qualidade de fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ativos”).

Não há cláusulas de “covenants” financeiros sobre as notas promissórias.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

13. DEBÊNTURES - PARTES RELACIONADAS

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$ 490.702 (R\$ 285.000 em janeiro e R\$ 205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 9,01% avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$1.743, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

A posição das debêntures em 30 de junho de 2021 é:

	<u>30/06/2021</u>
Captação	490.702
Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	(1.743)
Juros incorridos	15.000
Custos de captação	(56)
Total	<u>503.903</u>

14. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários e honorários	302	390
Encargos sociais e previdenciários	1.612	1.287
Provisão de férias	5.402	2.785
Provisão de 13º	2.123	-
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	6.967	3.518
Total	<u>16.406</u>	<u>7.980</u>

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/2021	31/12/2020
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.285	1.312
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	5.261
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.728	1.775
Impostos federais terceiros	1.202	1.230
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1.798	943
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	2.873	1.618
Total	<u>8.886</u>	<u>12.139</u>

16. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 30 de junho de 2021 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	30/06/2021		
		Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado Despesa
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas	-	86	(86)
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas	42	142	(100)
Saldo em 30/06/2021		<u>42</u>	<u>228</u>	<u>(186)</u>
31/12/2020				
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas	132	135	(3)
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas	128	163	(35)
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	-	115	(115)
Saldo em 31/12/2020		<u>260</u>	<u>413</u>	<u>(153)</u>

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2021 em até R\$6.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de junho de 2021, foram pagos R\$1.703 (R\$ 1.519 em 31 de dezembro de 2020) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 13, foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante captado e, (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante captado.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa de 6,09% a.a. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	16.345	-
Adições	7.926	19.588
Baixas	-	(200)
Juros provisionados	516	616
Pagamento de juros	(516)	(616)
Pagamento de principal	(2.967)	(3.043)
Total	<u>21.304</u>	<u>16.345</u>
Circulante	8.105	6.543
Não circulante	13.199	9.802

A realização do não circulante dar-se-á da seguinte forma:

2022	1.669	5.345
2023	3.316	3.221
2024	723	566
2025	336	202
2026 em diante	7.155	468
Total	<u>13.199</u>	<u>9.802</u>

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de atualização do projeto. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

	<u>30/06/2021</u>
Constituição da provisão para manutenção	9.684
Ajuste a valor presente	<u>(2.028)</u>
Total	<u>7.656</u>
Circulante	110
Não circulante	7.546

19. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para contingência - ações trabalhistas	261	-
Provisão para contingência - ações cíveis	<u>217</u>	<u>29</u>
Total	<u>478</u>	<u>29</u>

b) Possível

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não possui processos de natureza cível classificadas como como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857, representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do período, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 30 de junho de 2021 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2020 foi constituída reserva legal R\$ 1.486.

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 30 de junho de 2021 foi constituído a reserva de retenção de lucros no montante de R\$3.108. Em 31 de dezembro de 2020, a constituição realizada foi de 27.947.

21. RECEITAS

Estão representadas por:

	30/06/2021	30/06/2020
Receita com arrecadação de pedágio	191.668	26.075
Receitas com construção	588.275	22.735
Receita acessória (a)	1.419	1
Receita Bruta	781.362	48.811
Deduções da receita	(16.656)	(2.245)
Receita líquida	764.706	46.566

- a) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	193.087	26.076
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(5.793)	(782)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.255)	(169)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(9.608)	(1.294)
	<u>(16.656)</u>	<u>(2.245)</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Custo dos serviços prestados:		
Custo de Obra	(588.275)	(22.735)
Provisão para manutenção	(7.656)	-
Pessoal	(16.461)	(3.895)
Conservação e manutenção	(12.641)	(1.478)
Serviços de terceiros (*)	(22.694)	(4.685)
Seguros	(3.493)	(865)
Depreciações e amortizações	(39.745)	(3.314)
Poder concedente	(2.895)	(391)
Locações de imóveis e máquinas	(1.407)	(25)
Outras despesas operacionais	(2.280)	(109)
Total	<u>(697.547)</u>	<u>(37.497)</u>
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas operacionais:		
Provisão para riscos processuais	(438)	-
Pessoal	(12.159)	(2.924)
Conservação e manutenção	(1.193)	(448)
Serviços de terceiros	(3.783)	(9.496)
Depreciações e amortizações	(808)	(1)
Locações de imóveis e máquinas	(38)	(12)
Outras despesas operacionais	(581)	(276)
Total	<u>(19.000)</u>	<u>(13.157)</u>

- (*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.896	5.210
Outros	82	-
Total	<u>5.210</u>	<u>1.978</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos	(40.888)	(17.735)
Amortização de custos com emissão de notas promissórias/debêntures	(4.074)	(2.682)
Juros de arrendamento	(516)	(302)
Despesas bancárias	(217)	(346)
Outras despesas financeiras	(282)	(319)
Total	<u>(21.384)</u>	<u>(45.977)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(16.174)</u>	<u>(43.999)</u>

24. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 30 de junho de 2021.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro básico por ação:		
Lucro/Prejuízo líquido do período	3.108	(20.261)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	480.078	246.857
Lucro/Prejuízo básico por ação	<u>0,006</u>	<u>(0,082)</u>

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e notas promissórias circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:	30/06/2021	31/12/2020
Dívida (i)	1.069.607	1.038.111
Caixa e equivalentes de caixa	(63.765)	(58.541)
Dívida líquida	1.005.842	979.570
Patrimônio líquido (iii)	1.004.141	506.790
Índice de endividamento líquido	1,00	1,93

(i) A dívida é definida por notas promissórias e debêntures (excluindo o custo de captação) captadas junto ao mercado e partes relacionadas, respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.

- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2021, conforme quadro a seguir:

		30/06/2021	31/12/2020
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	63.765	58.541
Contas a receber	Custo amortizado	28.272	24.083
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	125.616	90.989
Nota Promissória (iii)	Custo amortizado	563.905	1.038.111
Debêntures	Custo amortizado	505.702	-
Passivo de arrendamento	Custo ajustado a valor presente	21.304	16.345

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Os valores justos das notas promissórias aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 4, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2021	2024 em diante
1ª Emissão de notas promissórias	CDI + 2,5%	563.905	-
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	-	353.991
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	-	151.711

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 30 de junho de 2021. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das notas promissórias e debêntures contratados pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados:

Operação	Risco	Saldo	Juros a incorrer		
		30/06/2021	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre a nota promissória	Aumento do CDI	563.905	23.402	29.267	35.131

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	4,15%	5,19%	6,23%

(a) Refere-se à taxa SELIC para junho de 2021. Fonte de informação - “site” do BACEN: www.bcb.gov.br.

26. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 30 de junho de 2021, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2021
Riscos nomeados e operacionais	215.500	Até julho de 2021
Veículos - frota	22.205	Até julho de 2021
D&O	40.000	Até agosto de 2021
Risco de engenharia	99.928	Até junho de 2023
Seguro garantia	1.168.931	Até junho de 2022
Fiança Locatícia	808	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	5.500	Até setembro de 2021

27. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 15 de maio de 2020, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Internacional nº 01/2019 para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa totalizou R\$1.136.334 e foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5%) desde o início da cobrança do pedágio e outorga variável (7%), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A base de cálculo destas obrigações é a receita bruta (receita tarifária bruta + receita acessória bruta).

A data de início da operação se deu em 04 junho de 2020 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jau. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos Sociambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio ("wi-fi") que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

28. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No segundo ano do projeto, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$567 milhões de reais no período compreendido entre junho de 2021 e maio de 2022. Os investimentos do segundo ano estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAU's e PGF's, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Debêntures - BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 350.000 (350.000 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476, cujo vencimento dar-se-á em 15 de dezembro de 2035 com encargos de: IPCA + juros remuneratórios prefixados correspondentes a 5,05% a.a.

A Companhia recebeu o montante de R\$ 350.000 em 13 de julho de 2021, através de transferência bancária.

b) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, cujo vencimento dar-se-á em 15 de maio de 2045 com encargos de IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. (subcréditos "A", "B", "C" e "D") e IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. (Subcrédito "E").

A Companhia recebeu o montante de R\$ 450.000 em 13 de julho de 2021, através de transferência bancária.

c) Amortização antecipada Notas Promissórias

Em 21 de julho de 2021 a Companhia liquidou antecipadamente as Notas Promissórias.

d) Operação Novas Praças de Pedágio

O Contrato da Concessão prevê a operação de 21 praças de pedágio. A Companhia operou 5 praças de pedágio até 31 de dezembro de 2020 e iniciou a operação de 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021, 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021 e 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021, totalizando 20 praças de pedágio em operação. A 21ª praça de pedágio tem-se a expectativa de iniciar as operações no final do mês de agosto de 2021.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2021</u>
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	10	7.925
Receita de construção	20	588.275
Custo de construção	21	(588.275)

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de agosto de 2021, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.